BARREIRAS E AVANÇOS: ACESSO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR

BARRIERS AND ADVANCES: ACCESS OF STUDENTS WITH DISABILITIES TO HIGHER EDUCATION

PAIVA, Rafael da Silva[1]

RESUMO

Este artigo busca revisar publicações sobre o acesso de estudantes com deficiência no ensino superior publicados nos últimos anos e realizar uma avaliação crítica e sistêmica do assunto. Os dados foram coletados no período de janeiro de 2024, através da base de dados online SCIELO e Science Direct. A presente revisão sistemática analítica sobre o tema em questão destaca avanços significativos nas políticas de inclusão desde a década de 1990, evidenciando um compromisso global com a justiça social e acessibilidade. Contudo, apesar da expansão do acesso, a pesquisa enfatiza desafios persistentes, como a escassez de profissionais capacitados e barreiras atitudinais. A legislação brasileira reflete um esforço governamental para promover políticas afirmativas, mas a implementação efetiva requer uma abordagem coletiva. Assim, garantir a inclusão plena e igualitária no ensino superior não é apenas uma obrigação legal, mas um imperativo moral para construir uma sociedade justa e enriquecer a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas de Inclusão. Estudantes com deficiência. Acesso.

ABSTRACT

This article seeks to review publications on access for students with disabilities in higher education published in recent years and to carry out a critical and systemic assessment of the subject. Data were collected in January 2024, through the online database SCIELO and Science Direct. This systematic analytical review on the topic in question highlights significant advances in inclusion policies since the 1990s, highlighting a global commitment to social justice and accessibility. However, despite the expansion of access, research highlights persistent challenges, such as a shortage of trained professionals and attitudinal barriers. Brazilian legislation reflects a government effort to promote affirmative policies, but effective implementation requires a collective approach. Thus, ensuring full and equal inclusion in higher education is not only a legal obligation, but a moral imperative to build a just society and enrich the academic community

Keywords: University education. Inclusion Policies. Students with disabilities. Access.

INTRODUÇÃO

De acordo com as Organização das Nações Unidas, estima-se que 1 bilhão de pessoas no mundo vivam com uma ou mais deficiências física, intelectual, visual ou auditiva. Neste sentido, as pessoas com deficiências são a maior e mais desfavorecida minoria do mundo. Diversos regulamentos têm orientado a garantia efetiva dos direitos das pessoas, em particular a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (UNITED NATIONS, 2006).

Segundo a CDPD, a deficiência é definida através de um modelo ecológico, no qual a deficiência é percebida como um conceito em evolução que reflete a interação entre as atitudes

1 Mestrando em Ciências Ambientais pela UFPA. Belém/PA

individuais e sociais e o ambiente físico, econômico e político que impedem a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na sociedade (Martins, Vieira e Martins, 2021).

Cabe afirmar que, por meio do aumento do acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior esta crescente diversidade produziu uma maior consciência da necessidade de adaptações no ensino superior gerando novas respostas sobre como as universidades promovem a inclusão de pessoas com deficiência (Majoko, 2018; Williams et al., 2019; Costa et al., 2020).

Diversas perspectivas têm norteado o apoio aos estudantes com deficiência nas últimas décadas e têm influenciado o desenvolvimento de políticas e disposições legais que estão relacionadas com a procura crescente do acesso de estudantes com deficiência às instituições de ensino superior. Como resultado desse aumento, o número de universidades que oferecem serviços de apoio para estudantes com deficiência cresceu consideravelmente na última década em todo o mundo. No entanto, nem todos os estudantes com deficiência recebem um adequado e igual nível de apoio, permitindo-lhes ter igualdade de oportunidades e sucesso acadêmico (Moriña, 2019; Costa e Pieczkowski, 2020).

O acesso ao ensino superior para pessoas com deficiência apresenta oportunidades e desafios. Embora os governos tendem a incorporar princípios como justiça social, igualdade de oportunidades e acessibilidade nas políticas públicas, estes desenvolvimentos não têm sido nem rápidos nem fáceis (Datta e Talukdar, 2017; Williams et al., 2019; Lipka, Baruch e Meer, 2019).

Em face ao exposto, o presente trabalho busca revisar publicações sobre o acesso de estudantes com deficiência no ensino superior publicados nos últimos anos e realizar uma avaliação crítica e sistêmica do assunto.

REVISÃO DA LITERATURA

Este estudo se constitui em uma revisão sistemática descritiva de caráter analítico de bibliografias que abordam a respeito do acesso de estudantes com deficiência no ensino superior. Os dados foram coletados no período de 17 a 31 de janeiro de 2024, através da base de dados online Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Science Direct.

Foi utilizado como critério de inclusão artigos atuais publicados nos últimos 11 anos (2014 a 2024). Foram incluídos neste estudo artigos que apresentam descritores como: acesso de estudantes com deficiência no ensino superior para as pesquisas nas bases SCIELO sendo encontrados 64 artigos, onde 24 foram selecionados por se apresentarem de acordo com os objetivos do estudo. No que se refere a pesquisa na base dados Science Direct por se tratar de uma base de dados internacional utilizou como descritores: access for students with disabilities in higher education resultando em 1067 artigos dos quais, 36 foram selecionados por se encontrarem de acordo com o escopo da pesquisa. Ao final da pesquisa foram selecionados 60 artigos que se correlacionaram com o tema sobre estudantes com deficiência no ensino superior.

Após a seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão definidos, foram seguidos os seguintes passos: tradução dos artigos em língua estrangeira, leitura exploratória, leitura seletiva e escolha do material que se adequam aos objetivos e tema do estudo, leitura analítica e análise dos textos finalizando com a realização de leitura interpretativa (Gonçalves, 2019).

A inclusão da pessoa com deficiência foi um tema recorrente entre os artigos analisados. Neste sentido, com a promulgação da lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, foi ocasionado uma série de desafios para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao incluir a pessoa com deficiência na percentagem de vagas destinadas aos cotistas delimitados pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012).

As estratégias a serem tomadas para a implantação da lei deverão envolver, principalmente, aquelas com o intuito de garantir a acessibilidade e permanência desses alunos nas instituições, desafios estes também enfrentados em outros níveis de ensino. Espera-se que o dispositivo eleve a cada ano a inserção de pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, acarretando também alterações nas atividades cotidianas (Lippmann et al., 2019).

O ministério da educação considera como marcos regulatórios para a inclusão

educacional a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; o Decreto nº 5.571/2008, que dispõe sobre atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular para os alunos público alvo da educação especial e dá outras providências; o Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Resolução 04/2009 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Silva et al., 2019).

Mesmo depois de decorridos quase 30 anos do início das discussões sobre a acessibilidade no ensino, faz-se necessária a investigação do tema a fim de minimizar ou eliminar barreiras para a inserção e permanência desta parcela da população nas IFES. Estudos sobre esse aspecto apontam que a política de cotas nas IFES ainda está em fase de implementação, e a inclusão da pessoa com deficiência no ensino foi reconhecida com maior destaque, mediante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a partir do ano de 2008 (Magalhães e Severino, 2017; Pletsh e Leite, 2017).

Além do acesso de estudantes com deficiência a permanência destes é um fator fundamental dentro do processo de inclusão educacional. Pois, de acordo com Sanoja e Gómez (2016) as universidades por si só não podem oferecer soluções para todos os problemas relacionados com grupos vulneráveis através dos seus esforços. No entanto, eles são obrigados a tentar fazê-lo. Esses grupos incluem estudantes com deficiência, que de acordo com as regulamentações internacionais devem ingressar nos espaços universitários sem sofrer qualquer tipo de discriminação e com as mesmas oportunidades que o resto dos estudantes.

Porém, não basta apenas permitir o acesso deste corpo discente ao sistema de ensino superior, para apoiar a sua participação é fundamental que se tenha a adaptação das práticas pedagógicas para garantir que estudantes deficientes possam participar plenamente das atividades acadêmicas. Diante disso, a formação de professores em métodos inclusivos e o desenvolvimento de estratégias de ensino flexíveis são elementos essenciais para criar um ambiente de aprendizado que atenda às diversas necessidades dos estudantes. Além disso, o uso de tecnologias assistivas também desempenha um papel crucial na promoção da autonomia e do engajamento acadêmico (Hernández e Dengo, 2018).

É notório que o ensino superior brasileiro tem evoluído, as universidades deixaram de ser instituições exclusivas de formação das elites e tornaram-se espaços que permitem a entrada de um grande número de estudantes. Este aumento de oportunidades nos estabelecimentos de ensino possibilitou o acesso de grupos que ao longo da história foram excluídos. Apesar dos progressos alcançados nesta área as pessoas com deficiência continuam a sofrer alguns episódios de discriminação no sistema universitário (Mella et al., 2014).

A inclusão bem-sucedida de estudantes deficientes no ensino superior não apenas beneficia diretamente esses indivíduos, mas também enriquece a comunidade acadêmica como um todo. O acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência são potencializados por políticas de inclusão e acessibilidade, o que vai além de determinações legais e até mesmo da boa vontade ou possibilidades dos gestores das instituições de educação superior (COSTA et al., 2020).

Até meados do século XX, a educação especial costumava se basear na ideia de que as dificuldades de aprendizagem eram inatas e estáveis. Isso levava à segregação e ao ensino isolado para alunos com necessidades especiais, focando na identificação precisa de suas deficiências. A partir da segunda metade do século XX, houve uma mudança significativa nessa abordagem. O Relatório Warnock, em 1978, desempenhou um papel crucial ao introduzir um novo conceito de educação especial centrado nas "Necessidades Educativas Especiais" (NEE). Essa nova perspectiva reconhece que todos os alunos têm necessidades educativas, independentemente de terem ou não deficiências. O foco agora é abandonar a segregação e evitar os efeitos negativos da classificação indiscriminada (Avilés, Guerrero e Ramos, 2020; Floril e Maldonado, 2023).

A abordagem baseada em NEE busca

adaptar o sistema educacional para atender às necessidades específicas de cada aluno, em vez de concentrar-se apenas em suas limitações tendo como objetivo promover a inclusão, criando ambientes educacionais que sejam acessíveis a todos. Diante disso, a mudança de paradigma busca garantir que alguns alunos recebam suportes adicionais ou adaptações para alcançar os objetivos educacionais. Com isso, a educação inclusiva é considerada um direito fundamental, refletindo o entendimento de que a diversidade é natural e a educação deve se adequar a essa diversidade (Avilés, Guerrero e Ramos, 2020; Floril e Maldonado, 2023).

O referido relatório provocou uma mudança profunda na abordagem da educação especial, ao reafirmar o princípio da "normalização". Sua intenção primordial era assegurar que alunos com necessidades educativas especiais desfrutassem plenamente de seus direitos, semelhantemente a qualquer outra pessoa, e tivessem a chance de explorar seu potencial máximo. Além disso, o relatório promoveu diversas iniciativas destinadas a facilitar a integração dos alunos, visando melhorar a autoestima deles e estimular suas habilidades reais. Essa nova perspectiva educacional, que abandonou a segregação em favor da integração, busca preservar a dignidade humana e fomentar a igualdade de direitos. A lógica subjacente é que, ao excluir crianças e jovens dos sistemas educacionais, eles são privados de oportunidades essenciais para seu desenvolvimento pleno como cidadãos (Flores, 2017; Espaillat, 2020).

Apesar dos avanços, a inclusão educacional ainda representa um dos principais desafios nas escolas atualmente. Sua implementação requer, sem dúvida, o apoio e a colaboração de todos os membros da comunidade escolar. Em outras palavras, é um compromisso que gestores, professores, estudantes, seus responsáveis legais e o governo devem assumir. Essa dedicação destaca a importância de fornecer ferramentas conceituais e estruturais dentro do ambiente educacional. A inclusão efetiva exige uma abordagem coletiva e coordenada para superar as barreiras existentes (Márquez et al., 2021; García, 2021; O baez e D'ottavio, 2022).

Para impulsionar a educação inclusiva de maneira efetiva, é imperativo reconhecer que ela demanda uma transformação abrangente em vários níveis: nas políticas educacionais em nível macro, no funcionamento das instituições em nível meso e nas atitudes e práticas dos professores em nível micro. Isso implica promover a interação entre os diversos agentes educativos, visando remover as barreiras que prejudicam a aprendizagem e a participação. No contexto educacional, destacam-se como obstáculos significativos as "barreiras sociais e atitudinais", incluindo as atitudes dos professores, dos colegas e dos familiares, bem como deficiências na informação, falta de formação e desconhecimento em relação a processos inclusivos. Por tanto, superar essas barreiras é fundamental para estabelecer um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo (Rojas e Fierro, 2018; Jiménez, Otero e García, 2021).

No Brasil, o fortalecimento do processo de inclusão ganhou impulso a partir das ramificações de políticas públicas voltadas para o acesso, com seu início na década de 1990. Neste sentido, o propósito inicial era fomentar a participação de pessoas com deficiência no cenário da educação básica, caracterizando, inicialmente, uma proposta de integração que, posteriormente, evoluiu para uma perspectiva de inclusão. No que tange à Educação Superior, os desdobramentos provenientes de declarações internacionais desempenharam um papel essencial e determinante para a implementação de políticas públicas voltadas ao acesso desse público específico. Apoiando-se em diversas legislações, a inclusão está estreitamente vinculada a processos que envolvem a acessibilidade. Neste estudo, a acessibilidade é considerada como ações fundamentadas na eliminação de barreiras, proporcionando condições para o exercício do direito à participação, sem obstáculos ou qualquer tipo de restrições de acesso em qualquer âmbito (Lara e Heredero, 2020; Oliveira e Leite, 2022).

Ademais, convém mencionar que as medidas governamentais visam expandir a participação de pessoas com deficiência no ensino público, sendo exemplificado pelo Programa INCLUIR, implementado pelo Governo Federal em 2005. Este programa, direcionado à Educação Superior, comprometeu-se a desenvolver políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência,

proporcionando suporte financeiro para a criação e fortalecimento de núcleos de acessibilidade em Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior (Brasil, 2015).

Entre as ações de acessibilidade realizadas durante as chamadas públicas do Programa INCLUIR, entre 2005 e 2011, destacam-se:

a) Adaptações arquitetônicas ou estruturais em espaços físicos destinados à instalação e funcionamento nas instituições; b) Modificações em sanitários, alargamento de portas, construção de rampas, instalação de corrimãos e implementação de sinalização tátil e visual; c) Aquisição de mobiliário acessível, cadeiras de rodas e outros recursos de tecnologia assistivas; d) Capacitação de profissionais para desenvolver práticas educacionais inclusivas e utilizar recursos de tecnologia assistivas, incluindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras formas de comunicação.

Além disso, as Universidades Públicas do Brasil iniciaram a adoção do sistema de cotas no início dos anos 2000 como parte de uma iniciativa de democratização do acesso ao Ensino Superior. Este sistema destina-se a pessoas com deficiência, afrodescendentes, indígenas, estudantes provenientes da rede pública de ensino e jovens de baixa renda. No caso dos estudantes de Educação Especial, a reserva de vagas geralmente corresponde a 5% do total disponível (Lara e Heredero, 2020).

Um estudo realizado por Camalionte, Kondo e Rocha (2021) concentrou-se em examinar o desenvolvimento educacional de estudantes universitários com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com especial ênfase em sua entrada, permanência e trajetória na Educação Superior, especialmente em instituições brasileiras. Ao realizar uma revisão integrativa da literatura, os pesquisadores observaram uma carência de estudos sobre a inclusão de estudantes universitários com TEA, destacando a escassez de evidências científicas nacionais voltadas para esse grupo específico no contexto brasileiro. Essa lacuna pode ser atribuída ao acesso recente desses alunos à universidade, juntamente com os desafios associados à sua inclusão efetiva.

De maneira geral, observa-se um crescente interesse em pesquisas no Brasil que exploram a presença e inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Superior. Essas investigações buscam compreender e atender às variadas necessidades desses estudantes, reconhecendo sua condição como indivíduos detentores de direitos e características específicas. É destacada a necessidade de um debate público envolvendo diferentes setores governamentais e institucionais para garantir a efetiva implementação de ações alinhadas às necessidades identificadas pelo público estudantil com deficiência. Essa abordagem demanda uma coordenação eficiente para a organização e efetivação de práticas inclusivas no ambiente da Educação Superior.

Cabe ressaltar a relevância de alguns programas, tais como INCLUIR, REUNI, SISU, PROUNI e FIES, que desempenham papel crucial como políticas afirmativas no acesso à Educação Superior. Esses programas seguem as diretrizes normativas do Governo Federal, estabelecendo critérios para a participação das Instituições de Ensino Superior (IES). A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em 2015 representa um marco significativo, visando garantir e promover os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência em condições de igualdade, impulsionando, assim, sua inclusão social e cidadã (Donati e Capellini, 2018; Olivati e Leite, 2019; Fischer, 2019; Silveira, Donida e Santana, 2020).

O estudo conduzido por Olivati e Leite (2019) explorou a experiência de seis estudantes universitários diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma universidade pública. Os relatos coletados abarcam diferentes categorias, incluindo adaptações no processo seletivo, as condições de acessibilidade durante a graduação, ajustes no processo de ensino e aprendizagem, e os fatores associados à permanência e conclusão do curso. Além disso, a pesquisa examinou detalhadamente as modificações implementadas para atender às necessidades específicas desses estudantes em diversas fases de sua trajetória acadêmica, proporcionando uma compreensão abrangente dos desafios e sucessos enfrentados por eles durante o percurso universitário.

Os resultados fundamentais da pesquisa de Olivati e Leite (2017) apresentam sugestões relacionadas à acessibilidade no ambiente universitário. A partir das observações dos entrevistados, destaca-se a proposta de que os núcleos de acessibilidade e apoio na universidade deveriam contar com uma equipe multidisciplinar, composta por diversos profissionais,

como pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros. Segundo as entrevistas conduzidas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a carência de profissionais devidamente capacitados para identificar suas necessidades específicas emerge como um desafio significativo no processo de inclusão no ensino superior.

O estudo realizado por Donatti e Capellini (2018) destaca a importância atribuída pelos docentes à implementação de estratégias institucionais inclusivas, conforme evidenciado em suas narrativas. Ao longo do processo, caracterizado pela Consultoria Colaborativa, os professores reconheceram a relevância fundamental do uso dessas estratégias para monitorar e avaliar a aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa enfatiza que a ausência desse acompanhamento pode resultar em frustrações e insucessos, potencialmente levando os estudantes a abandonar sua trajetória acadêmica. Essa constatação reforça a necessidade crítica de abordagens inclusivas no ambiente educacional para garantir o êxito e a permanência dos estudantes com TEA.

Além disso, é importante ressaltar que no trabalho de Duarte e Amaral (2020) a partir do resultado foi verificada a necessidade de criação de políticas e práticas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência, participação, apropriação do saber e a conclusão acadêmica estudantes cegos em cursos de Licenciatura em Educação do Campo, bem como em outras Licenciaturas. Estas políticas devem estar articuladas com as esferas pedagógica, social e administrativa da Universidade, levando em consideração as especificidades do curso e de seus sujeitos.

De acordo com Souza, Galvão e Souza (2024) os direitos educacionais e a inclusão dos surdos, juntamente com a promoção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), não devem se limitar à esfera legal. As leis existentes garantem que os alunos surdos tenham acesso e permanência no ensino regular, mas é crucial que as instituições de ensino se modernizem para atender efetivamente às diversas habilidades desses estudantes. Eles têm o direito legal de receber uma educação de qualidade, capacitando-os a participar plenamente das atividades sociais e educacionais e promovendo a inclusão ao superar suas particularidades. Diante disso, o ambiente escolar deve ser encarado como propício à diversidade, e os educadores devem atuar como mediadores capazes de intervir de maneira construtiva em situações divergentes. Apesar dos desafios enfrentados pela educação dos surdos, é essencial superá-los para garantir um ensino eficaz e de alta qualidade. Por tanto, a permanência dos alunos surdos no sistema regular de ensino, além de ser um direito legal, implica assegurar que possam desenvolver plenamente suas capacidades mentais e sociais, permitindo-lhes uma participação integral na vida social.

Nos resultados obtidos por Silva e Santos (2024), foi indicado que os surdos negros enfrentam desafios significativos relacionados tanto à sua deficiência auditiva quanto à sua cor de pele. Nas entrevistas, também identificamos a falta de intérpretes de Libras como um dos principais problemas enfrentados por esses indivíduos. No entanto, acreditamos que o resgate da memória desses alunos e a promoção do compartilhamento e acesso às suas histórias de vida podem ser estratégias valiosas para combater a ausência de políticas inclusivas e resistir à crescente influência conservadora que avança no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática analítica sobre o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior destaca avanços significativos nas políticas de inclusão desde a década de 1990, evidenciando um compromisso global com a justiça social e acessibilidade. Contudo, apesar da expansão do acesso, a pesquisa enfatiza desafios persistentes, particularmente no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), como a escassez de profissionais capacitados e barreiras atitudinais. A legislação brasileira, exemplificada pelo Programa INCLUIR, reflete um esforço governamental para promover políticas afirmativas, mas a implementação efetiva requer uma abordagem coletiva, superando não apenas barreiras físicas, mas também sociais e atitudinais. Assim, garantir a inclusão plena e igualitária no ensino superior não é apenas uma obrigação legal, mas um imperativo moral para construir uma sociedade mais justa e enriquecer a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ACDS, Oliveira; LEITE, D. S. INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: uma revisão integrativa. 2022.

BRASIL, Lei Nº. 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 2015.

COSTA, JOANA et al. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

DATTA, Poulomee; TALUKDAR, Joy. The impact of support services on students' test anxiety and/or their ability to submit assignments: a focus on vision impairment and intellectual disability. **International Journal of Inclusive Education**, v. 21, n. 2, p. 160 171, 2017.

DE LA CRUZ FLORES, Gabriela. Igualdad y equidad en educación: retos para una América Latina en transición. **Educación**, v. 26, n. 51, p. 159-178, 2017.

DE MELO SOUZA, Antoniele Silvana; GALVÃO, Elaine Rodrigues; DE SOUZA, Francisco Ivan. Direito, acessibilidade e inclusão social da pessoa surda a educação. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 1, p. 825-838, 2024.

DE OLIVEIRA CAMALIONTE, Daniele; KONDO, Letícia; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-24, 2021.

DELGADO-SANOJA, Hellman Denis; BLANCO--GÓMEZ, Gisela. Inclusion higher education. The words and experiences within the process. **Revista Electrónica Educare**, v. 20, n. 2, p. 163-180, 2016.

DO ROCIO LIPPMANN, Eglecy et al. Educação no século XXI. 2019.

DONATI, Grace Cristina Ferreira; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 2, p. 1459-1470, 2018.

DUARTE, Roberta Gonçalves; DO AMARAL, Débora Monteiro. A democratização do Ensino Superior e os desafios do acesso e permanência de estudantes com deficiência na Licenciatura em Educação do Campo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 44, p. 70-89, 2020.

ESPAILLAT, Cristina Amiama. Desafíos de la Educación Especial en el desarrollo de escuelas inclusivas. **Ciencia y Educación**, v. 4, n. 3, p. 133-143, 2020.

FISCHER, Marta Luciane. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 535-552, 2019.

FONTANA-HERNÁNDEZ, Angélica; VARGAS--DENGO, Marie Claire. Percepções sobre a deficiência: Implicações para a atenção educacional dos estudantes da Universidade Nacional da Costa Rica. **Revista Electrónica Educare**, v. 22, n. 3, p. 332-355, 2018.

GALLEGO-JIMÉNEZ, María Gloria; RODRÍGUEZ OTERO, Luis Manuel; SOLÍS GARCÍA, Patricia. El bullying en el marco de la escuela inclusiva: revisión sistemática. **Páginas de Educación**, v. 14, n. 1, p. 26-51, 2021.

GARCÍA, Tania Calle. La educación inclusiva en Ecuador: Aplicabilidad durante la virtualidad en el nivel inicial. **Orientación y Sociedad**, v. 21, n. 1, p. e033-e033, 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 29-55, 2019.

GONZÁLEZ-ROJAS, Yineida; TRIANA-FIERRO, Dairo Alberto. Atitudes dos docentes frente à inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais. **Educación y educadores**, v. 21, n. 2, p. 200-218, 2018.

LARA, Patricia Tanganelli; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 1137-1164, 2020.

LIPKA, Orly; FORKOSH BARUCH, Alona; MEER, Yael. Academic support model for post-secondary school students with learning disabilities: student and instructor perceptions. **International Journal of Inclusive Education**, v. 23, n. 2, p. 142-157, 2019.

MAGALHÃES, J. C.; SEVERINO, M. R. Uma análise da institucionalização da Política de Cotas nas universidades federais brasileiras. In: **Anais do Congresso Nacional de Educação-CONEDU**. 2017.

MAJOKO, Tawanda. Participation in higher education: Voices of students with disabilities. **Cogent Education**, v. 5, n. 1, p. 1542761, 2018.

MÁRQUEZ, Edith Alejandra Pérez et al. Educación inclusiva con alumnos regulares y con necesidades educativas especiales en el aula. **Revista de educación inclusiva**, v. 14, n. 1, p. 168-187, 2021.

MARTINS, Maria Helena Venâncio; MELO, FRANCISCO RL VIEIRA DE; MARTINS, CÁTIA. Services for students with disabilities at universities: dificulties and challenges. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

MELLA, Sandra et al. Percepción de facilitadores, barreras y necesidades de apoyo de estudiantes con discapacidad en la Universidad de Chile. **Revista Latinoamericana de educación inclusiva**, v. 8, n. 1, p. 63-80, 2014.

MORIÑA, Anabel. Inclusive education in higher education: challenges and opportunities. **Post-secondary educational opportunities for students with special education needs**, p. 3-17, 2019.

O BAEZ, Mónica; D'OTTAVIO, María Eugenia. Diversity in the classroom: the challenge of interpreting the singularity of initial literacy processes. 2022

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lucia Pereira. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 729-746, 2019.

OLIVATI, Ana Gabriela; LEITE, Lúcia Pereira. Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 4, p. 609-621, 2017.

PAREDES FLORIL, Priscilla Rossana; MÉNDEZ MALDONADO, Mónica Guadalupe; MALDONADO MÉNDEZ, Gianella Joyce. Asociación de factores sociodemográficos y laborales con la actitud de los docentes hacia la inclusión de estudiantes con discapacidades. **Páginas de Educación**, v. 16, n. 2, p. 134-155, 2023.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro 1. **Educar em Revista**, p. 87-106, 2017.

ROJAS-AVILÉS, Héctor; SANDOVAL-GUERRERO, Lida; BORJA-RAMOS, Oswaldo. Percepciones a una educación inclusiva en el Ecuador. **Cátedra**, v. 3, n. 1, p. 75-93, 2020.

SILVA, Fernanda Costa et al. A pessoa com deficiência no ensino superior: uma análise da produção acadêmica da UFMG. In: **IV Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SILVA, Wemerson Meira; DOS SANTOS, Igor Tairone Ramos. Desafios do conservadorismo nas políticas de inclusão do surdo negro: o resgate da memória para superar obstáculos. **Revista Educação em Páginas**, v. 3, n. 3, p. e13836-e13836, 2024.

SILVEIRA, Patrícia Tusset da; DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 659-675, 2020.

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Geneva, 2006.

WILLIAMS, Matthew et al. Review of support for disabled students in higher education in England: Report to the office for students by the institute for employment studies and researching equity, access and participation. **Institute for Employment Studies and Researching Equity, Access and Participation. Retrieved from https://www. officeforstudents. org. uk/media/a8152716-870b-47f2-8045-. fc30e8e599e5/review-of-support-for-disabled-students-in-higher-education-inengland. pdf**, 2019.